Docusign Envelope ID: 3C4FFA7A-B57A-8D71-8286-9C49B04D3FF4

DLOCAL BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 25.021.356/0001-32

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A., relativas ao período findo em 30/06/2026, as quais seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976. **Resultado e Patrimônio Líquido:** No período findo em 30 de junho de 2026 o Lucro líquido da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. foi de R$ 27,4 milhões (R$ 15,1 em 30 de junho de 2025), e o Patrimônio Líquido R$ 218,7 milhões (R$ 191,4 em 31 de dezembro de 2025). **Ativos e Passivos:** Os Ativos totalizaram R$ 4.268 milhões e estão substancialmente formados por R$ 3.6 milhões em valores a receber, R$ 519 milhões de caixa e equivalentes de caixa; Os Passivos totalizaram R$ 4.049 milhões e estão substancialmente formados por R$ 3.205 milhões em transações processadas a serem pagas aos nossos clientes e saldos em depósitos em moeda eletrônica.

São Paulo, 01 de setembro de 2026.

A Administração

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Ativo	nota	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativos financeiros		**519.031**	**226.353**
Caixa e equivalentes de caixa	3	519.031	226.353
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**1.031**	**9.621**
Títulos e valores mobiliários	4	1.031	9.621
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		**3.728.756**	**1.071.061**
Valores a receber	5	3.597.270	779.458
Ativos fiscais	6	19.502	7.805
Partes relacionadas	9	110.994	282.961
Outros valores a receber		990	837
Outros Ativos		**18.978**	**20.029**
Depósitos judiciais e cauções		5.852	1.664
Ativos fiscais diferidos	6	2.178	2.177
Despesas antecipadas	7	8.146	12.890
Imobilizado de uso		2.801	3.298
Total do ativo		**4.267.795**	**1.327.064**

Passivo e patrimônio líquido	nota	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Passivos Financeiros			
Ao custo amortizado		**4.011.825**	**1.033.913**
Depósitos em moeda eletrônica	10	302.882	154.857
Contas a pagar	10	2.901.744	752.022
Partes relacionadas	9	807.199	127.034
Outros Passivos		**37.245**	**101.783**
Fornecedores		6.610	25.835
Obrigações sociais e trabalhistas		11.596	10.441
Contingências	18	4.059	3.166
Obrigações fiscais	8	3.476	50.837
Dividendos a Pagar	11	11.504	11.504
Patrimônio líquido			
Capital social	11	59.000	59.000
Reserva legal	11	11.800	11.800
Reserva estatutária	11	147.925	120.568
Total do patrimônio líquido		**218.725**	**191.368**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.267.795**	**1.327.064**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Em milhares de reais

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	27.357	15.053
Total do Resultado Abrangente do semestre	**27.357**	**15.053**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026 - Em milhares de reais

	nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do Semestre		27.357	15.053
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	14	496	386
Ativos fiscais diferidos	16	614	(59)
Provisão para contingências	14	80	404
		28.548	**15.784**
Variações nos ativos e passivos			
Redução (Aumento) em Valores a receber	5	(2.817.812)	(152.664)
Redução (Aumento) em Ativos fiscais	6	(11.447)	22.486
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)	9	171.967	(235.053)
Redução (Aumento) em Outros valores a receber		(153)	(757)
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)		(4.188)	(843)
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica	10	148.025	8.488
Aumento (Redução) em Contas a pagar	10	2.149.723	180.351
Aumento (Redução) em Obrigações sociais e trabalhistas		1.155	(7.159)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(19.225)	126
Aumento (Redução) em Contingências	18	813	925
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)	9	680.165	231.317
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	8	(47.975)	(18.932)
IRPJ e CSLL pagos		(251)	-
Despesas antecipadas		4.744	(17.186)
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda e CDBs	4	8.590	(38.606)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**292.679**	**(12.531)**
Aquisições/Baixas de imobilizado		(1)	(889)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1)**	**(889)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**292.678**	**(13.420)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	3	226.353	70.220
No final do semestre/exercício	3	519.031	56.800
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3	**292.678**	**(13.420)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	12	383.801	186.871
Custo dos serviços prestados	13	(316.880)	(137.457)
Lucro Bruto		**66.921**	**49.414**
Despesas administrativas e gerais	14	(48.067)	(34.961)
Outras despesas/receitas operacionais	17	(623)	(466)
Lucro operacional		**18.231**	**13.987**
Receitas financeiras	15	21.211	9.587
Despesas financeiras	15	(2.375)	(965)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**18.836**	**8.622**
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**37.067**	**22.609**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(9.096)	(7.615)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	16	(614)	59
Lucro (prejuízo) líquido semestre		**27.357**	**15.053**
Quantidade de ações (mil)		59.000	59.000
Lucro líquido por ação (em R$)		0,46	0,26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2026 e de 2025 - Em milhares de reais

	nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2024		**59.000**	**-**	**9.710**	**92.831**	**-**	**161.540**
Lucro líquido do semestre	11	-	-	-	-	15.053	15.053
Constituição de reservas	11	-	-	-	15.053	(15.053)	-
Saldos em 30/06/2025		**59.000**	**-**	**9.710**	**107.884**	**-**	**176.594**
Saldos em 31/12/2025		**59.000**	**-**	**11.800**	**120.568**	**-**	**191.368**
Lucro líquido do semestre	11					27.357	27.357
Constituição de reservas	11	-	-	-	27.357	(27.357)	-
Saldos em 30/06/2026		**59.000**	**-**	**11.800**	**147.925**	**-**	**218.725**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia" ou "dLocal"), com sede na Avenida Paulista, 1.374, 11º andar - Sala 11A137, Bela Vista, São Paulo - SP, foi constituída em 15 de junho de 2016. Como parte do processo de autorização de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil ("BACEN"), no mês de setembro de 2021, a Companhia foi convertida em uma Sociedade Anônima ("S.A.") de capital fechado. Em 17 de julho de 2023, a Companhia recebeu do BACEN a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissora de Moeda Eletrônica e Iniciadora de Transação de Pagamento. No semestre findo 30 de junho de 2026, atuou como Arranjo de Pagamento, Instituição de Pagamento e Facilitadora de Pagamento Internacional conforme definições do Banco Central do Brasil. A sua principal atividade econômica é a de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Companhia faz parte do Grupo dLocal, cuja atividade principal nos países onde está presente é a de Facilitadora de Pagamentos Internacional. O Grupo dLocal e as suas subsidiárias focam as suas atividades em facilitar pagamentos para "merchants" internacionais que oferecem produtos e serviços em mercados emergentes. A dLocal fornece soluções de pagamento dentro e fora de fronteiras e soluções de "marketplace" para "merchants" de comércio eletrônico de primeiro nível, assim como provedores de serviços de pagamento (PSPs) situados em mercados emergentes. A maioria dos pagamentos são efetuados por meio de meios de pagamento alternativos (APM's) devido à baixa proporção de usuários que apresentam baixa bancarização. Estes usuários não têm acesso a cartões de crédito ou débito internacionais, o que dificulta a aquisição de bens e serviços por meios digitais em sites internacionais. A dLocal auxilia estas empresas de comércio eletrônico a coletar pagamentos de usuários finais e a efetuar pagamentos a pessoas físicas e jurídicas nesses mercados. O Grupo dLocal opera em vários países de forma a melhor atender seus clientes e apoiar seus planos de negócios futuros, sendo o Brasil um de seus principais mercados.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) Resolução CMN nº 4.818/2020 e do BACEN Resolução BCB nº 2/2020 e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionados ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo: • CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; • CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; • CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 24 - Evento Subsequente; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 28 - Propriedade para Investimento; • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; • CPC 41 - Resultado por ação; • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, • CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de setembro de 2026. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **2.2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2.2. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à definição das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros a valor justo e provisão para processos judiciais. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com vencimento menor do que 90 dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.5. Valores a receber:** As contas a receber de clientes, que são decorrentes da prestação de serviços de processamento de transações, são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma perda esperada de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 30 de junho de 2026 houve R$469 mil em perdas reconhecidas. De acordo com a Resolução BCB 352 utilizamos a metodologia de perdas simplificada. **2.2.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. **2.2.7. Imobilizado de uso:** Compreendido principalmente por seus equipamentos e computadores, demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Período
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômico-futuros incorporados no ativo. **2.2.8. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.2.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.2.10. Fornecedores:** Compreendido pelos valores a pagar de custos operacionais e despesas administrativas que ainda não tenham sido liquidados ao encerramento do período de relatório. São compostos por faturas recebidas e ainda não pagas e por provisões de faturas ainda não recebidas, mas que sejam possíveis de estimar o seu valor final. O saldo de fornecedores não considera os valores de tarifas de processamento de transações que já se encontram líquidos nos valores a receber dos processadores. **2.2.11. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.12. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes e provisão para processos judiciais e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) provisão para processos judiciais é registrada quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os processos judiciais avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **2.2.13. Capital social:** As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido. **2.2.14. Receita operacional:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia concentra-se na atividade de processamento de transações de operadores de comércio eletrônico, assim contratos com os seus clientes, nos quais são identificadas obrigações de desempenho. A Companhia reconhece as comissões por serviços prestados no mês da prestação do serviço, pelo valor cobrado ao cliente pelas transações processadas. A Companhia não possui contratos em que o período decorrido entre a transferência dos serviços e o pagamento do cliente seja superior a um ano. Portanto, a Companhia não ajusta o valor nominal da operação para reconhecer o valor do dinheiro ao longo do tempo. **2.2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas bancárias, descontos concedidos, variações cambiais e juros sobre os empréstimos. **2.2.16. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira (dólar e euro) são convertidas para a respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou construídos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação do valor justo quando este é utilizado. **2.2.17. Instrumentos financeiros:** Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, a qual classificados na categoria de títulos ao Valor Justo no Resultado e custo amortizado. **Hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados seguindo a hierarquia do valor justo nos níveis: Nível 1: Preço de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuras e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimento sem liquidez imediata. Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. **(I) Custo amortizado (CA):** De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: • Obter fluxos de caixa contratuais; • Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou • Outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxos de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(II) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda são registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A companhia não possui ativos financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes no período de 30 de junho de 2026. **(III) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores. **Passivo Financeiro:** Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução BCB nº 352/2023, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; • Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; • Contratos Híbridos. **2.3 Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros: Reforma tributária:** Lei Complementar nº 214/2025 e nº 227/2026. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta parte da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e o Imposto Seletivo ("IS"), em decorrência da Emenda Constitucional nº 132. Em janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, que estabelece regras para a administração, fiscalização, arrecadação e distribuição do IBS e define as alíquotas aplicáveis aos serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033. Nesse período, a alíquota combinada de IBS/CBS para serviços financeiros aumentará progressivamente de 10,85% para 12,50%, enquanto a alíquota aplicável às tarifas atualmente sujeitas ao ISS será reduzida de 2,0% para 1,2%. A Administração acompanha a implementação da Reforma Tributária e avalia continuamente seus potenciais impactos nas operações e nas demonstrações financeiras da Companhia. **Resoluções BCB:** Resoluções BCB nº 352/23 e nº 397/24 - Estabelecem critérios contábeis para instrumentos financeiros, operações de hedge, apuração da taxa de juros efetiva e constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A segunda fase de implementação dessas normas ocorrerá em 1º de janeiro de 2027. A Companhia segue conduzindo as avaliações e adequações necessárias para atendimento aos requerimentos regulatórios aplicáveis.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa e equivalentes de caixa são representados pelas modalidades de CDB e fundos de investimentos em renda fixa, sendo estas aplicações de liquidez imediata realizadas automaticamente pelas instituições financeiras, com remuneração percentual próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, também, por aplicações compromissadas lastreadas em títulos públicos. Nas tabelas abaixo, demonstramos as aberturas das disponibilidades e aplicações segregadas por remuneração e prazo de vencimento dos títulos: Os CDBs possuem liquidez diária e são utilizados para gestão de caixa da Companhia, desta forma, estão classificados no ativo circulante da Companhia (Caixa e equivalentes de caixa).

	30/06/2026	31/12/2025
Ao custo amortizado		
Disponibilidades		
Em moeda nacional	187.938	63.225
	187.938	**63.225**
Ao custo amortizado		
Aplicações CDBs	-	16
Aplicações Fundos de Investimentos	331.093	163.111
Compromissadas	-	-
	331.093	**163.128**
	519.031	**226.353**

Faixa de Vencimento	Indefinido	2026 Total	2025 Total
Ao custo amortizado			
CDBs			
CDBs - 100% do DI	-	-	16
Sub-Total	**-**	**-**	**16**
Ao custo amortizado			
Aplicações automáticas			
Itaú Aplicação Automática Mais	9.039	9.039	759
Conta remunerada aporte CME	322.054	322.054	161.415
Santander Contamax	-	-	938
Sub-Total	**331.093**	**331.093**	**163.111**
Total	**331.093**	**331.093**	**163.128**

4. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos de títulos e valores mobiliários são demonstrados abaixo:

Ao valor justo por meio do resultado:	30/06/2026	31/12/2025
CDBs - 100% do DI	1.031	-
Títulos públicos	-	9.621
	1.031	**9.621**

A composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários são demonstrados conforme abaixo:

Faixa de vencimento	Acima de 361	Total	30/06/2026 Valor justo	30/06/2026 Valor de Custo	31/12/2025 Valor justo	31/12/2025 Valor de Custo
Títulos em salvaguarda						
CDBs - 100% do DI	1.031	1.031	1.031	1.031	-	-
LFT	-	-	-	-	9.621	9.621
Total	**1.031**	**1.031**	**1.031**	**1.031**	**9.621**	**9.621**

Na data-base de 30 de junho de 2026, a totalidade dos títulos mantidos em carteira encontra-se classificada no Nível 2 da hierarquia de valor justo.

5. Valores a receber	30/06/2026	31/12/2025
Ao custo amortizado:	**3.597.270**	**779.458**
Clientes nacionais	3.589.991	750.033
Transações processadas a receber	7.748	29.893
(-) PECLD	(469)	(469)

Os valores a receber de clientes nacionais são provenientes de serviços prestados relativos a processamento de pagamentos. As transações processadas a receber referem-se aos valores a receber de adquirentes decorrentes das transações de pagamento processadas. No semestre findo de junho de 2026 foram realizadas cessões de recebíveis, sem coobrigação, com objetivo de antecipar o fluxo de recebimento com processadores e efetuar o pagamento antecipado aos clientes, no montante de R$ 3.065.945 o que gerou uma despesa de R$ 56.009, conforme descrito na nota explicativa 14. E em 2025 foram realizadas cessões de recebíveis no montante de R$ 4.706.938 o que gerou uma despesa de R$ 110.171.

6. Ativos fiscais	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (i)	543	175
IRPJ e CSLL antecipados no exercício (ii)	251	118
Outros	2.947	1.126
PIS e COFINS (iii)	5.028	1.698
Créditos tributários decorrentes de saldos negativos IRPJ e CSLL (iv)	10.733	4.688
IRPJ e CSLL diferidos (v)	2.178	2.177
	21.680	**9.982**

(i) O IRRF a recuperar tem sua origem nas retenções ocorridas no resgate de aplicações financeiras e nas retenções efetuadas por clientes nos pagamentos realizados para a Companhia; **(ii)** O IRPJ e a CSLL antecipados no semestre têm sua origem nas antecipações mensais efetuadas/recolhidas pela Companhia durante o exercício; **(iii)** O PIS e a COFINS a recuperar têm sua origem nos créditos apurados a partir dos insumos utilizados pela Companhia na prestação de seus serviços; **(iv)** Créditos tributários decorrentes de saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, a serem compensados com tributos federais; **(v)** Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos decorrem de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa.

7. Despesas antecipadas: Em 30 de junho de 2026, o saldo de despesas antecipadas de R$ 8.146 e 12.890 em 31 de dezembro de 2025 e são representados por valores de custos de processamento já pagos aos processadores e que, decorrente de novas condições comerciais negociadas, serão compensados nos valores de custos de processamento futuros ao decorrer dos próximos 24 meses.

8. Obrigações fiscais	30/06/2026	31/12/2025
ISS a recolher	1.132	3.829
IRPJ a recolher	-	21.777
CSLL a recolher	-	11.309
PIS/COFINS a recolher	230	13.355
Outros impostos	2.115	567
	3.476	**50.837**

9. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026, assim como as transações que influenciaram o resultado do semestre, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentados abaixo:

Ativo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Contas a Receber		
DLocal Limited (i)	419	239
DLocal LLP (i)	1.855	100.167
DLocal Corp (i) (iii)	17.102	2.064
Demerge (ii) (iii)	36.502	126.368
Webpay (ii)	53.302	53.306
Dlocal OpCo UK Ltd	1.730	817
Outros	84	-
Total	**110.994**	**282.961**

Passivo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Contas a pagar		
Dlocal LLP (i)	(189.822)	-
DLocal Limited (i)	(5.008)	(2.736)
Dlocal Corp (i)	(290.594)	(41.033)
DLocal Tech (i)	(131)	(131)
Demerge Chile	(301)	-
Demerge Brasil	-	(541)
Dlocal UK	(321.344)	(82.594)
Total	**(807.198)**	**(127.034)**

Resultado	30/06/2026	30/06/2025
Receita de prestação de serviços		
DLocal LLP (i)	5.578	998
DLocal Limited (i)	1.080	3.479
Dlocal OpCo UK Ltd	3.359	-
DLocal Corp (i)	35.333	7.444
Demerge Chile (i)	1.679	1.548
Sub-total - Exterior	**47.029**	**13.469**
Demerge Brasil (ii)	3.984	1.182
Webpay Brasil (ii)	-	5
Sub-total - País	**3.984**	**1.187**
Total	**51.014**	**14.656**

(i) Empresas do Grupo dLocal localizadas em outros países, que possuem o mesmo controlador final. (ii) Empresa do Grupo dLocal localizada no Brasil, que possui o mesmo controlador final. Valor se refere à: no ativo ao contas a receber decorrente do convênio de rateio de custos firmado entre as empresas e no passivo ao saldo a pagar referente ao processamento de transações por PIX para a Demerge Brasil e Webpay Brasil. (iii) Referem-se ao valor a receber pelo processamento de transações realizadas para essas entidades do grupo dLocal, calculados conforme descrito abaixo. As transações envolvendo partes relacionadas são decorrentes de contratos globais firmados pela controladora ou por coligadas, cuja prestação de serviços ocorre no Brasil. Nesse contexto, são realizados rateios globais para apuração da receita de prestação de serviços de cada unidade, sendo apurado ao Brasil o acréscimo de 7,14% de seus custos totais, conforme demonstrado a seguir. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições específicas definidas entre as partes, as quais podem diferir das condições normais de mercado.

Cálculo de apuração das receitas com partes relacionadas no exterior	30/06/2026	31/12/2025
Custos (1)	43.088	11.345
Despesas (2)	807	1.226
Markup médio de 7,14% sobre os custos e despesas - (1+2)*7,14% (3)	3.134	899
Total (1+2+3)	**47.029**	**13.469**

10. Depósitos em moeda eletrônica e contas a pagar: As contas a pagar operacionais são provenientes dos repasses a serem efetuados decorrente da intermediação de pagamentos e saldos de depósitos em moeda eletrônica. Os saldos são inicialmente recebidos pela Companhia que posteriormente efetua o repasse aos clientes. As liquidações geralmente ocorrem num prazo de 20 dias, ou no início do mês subsequente. O montante demonstrado a seguir engloba: (i) as transações que já foram processadas e aguardam o recebimento dos processadores; (ii) as transações já recebidas dos processadores e que aguardam o pagamento aos clientes, conforme prazos definidos nos contratos de prestação de serviços e (iii) saldos depositados em contas de pagamento pré-pagas (saldo de moeda eletrônica).

	30/06/2026	31/12/2025
Ao custo amortizado:		
Depósitos em moeda eletrônica	302.882	154.857
Remessas de numerários a pagar	2.900.328	748.150
Outros valores a pagar	1.416	3.873
	3.204.626	**906.880**

11. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito da Companhia em 30 de junho de 2026 é de R$ 59.000, dividido em 59.000.000 de ações com valor nominal de R$ 1,00 (um Real cada ação). A composição societária apresenta-se da seguinte forma:

Acionista / Quotista	30/06/2026 Quantidade de ações	30/06/2026 R$	31/12/2025 Quantidade de quotas	31/12/2025 R$
DLocal Brasil Holding Financeira Ltda	58.999.980	58.999.980	58.999.980	58.999.980
DLocal Markets Ltd.	20	20	20	20
Total	**59.000.000**	**59.000.000**	**59.000.000**	**59.000.000**

b) Dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios foi de R$ 11.504. O pagamento ainda não foi realizado até 30 de junho de 2026. **c) Reserva Estatutária**: A reserva estatutária, nos termos do art. 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 198 de 11 de março de 2022, ou a norma que vier a substituí-la: (i) terá a finalidade de manter, em conjunto com as demais contas, o patrimônio líquido da Companhia ajustado suficiente ao atendimento das exigências de capital mínimo regulatório; (ii) receberá, anualmente, a parcela de lucros líquidos suficiente para que o patrimônio líquido da Sociedade cumpra com o inciso (i) acima; e (iii) não poderá exceder, em conjunto com os demais saldos de reservas, 100% do capital social subscrito. Em 30 de junho de 2026, com a destinação do resultado do semestre, o montante destinado à Reserva Estatutária excedeu o limite estabelecido no Estatuto Social da Companhia, sendo que, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, um aumento de capital com integralização de reservas para equalizar os limites definidos no Estatuto Social. **d) Reserva Legal**: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurada em cada exercício, limitado a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2026, o saldo de Reserva Legal é de R$ 11.800 (R$ 11.800 em 31 de dezembro de 2025). O saldo de reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social no exercício 2025, não sendo necessário realizar novas destinações no período atual. **e) Capital regulatório**: A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025, destinado à cobertura dos riscos associados: I - Aos serviços de pagamento prestados; e II - Às demais atividades exercidas. Em 30 de junho de 2026, o patrimônio de referência é de R$ 211.108. Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R$ 76.364.

12. Receita operacional líquida	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receita de prestação de serviços - nacionais	329.708	165.636
Receita de prestação de serviços - exterior (i)	44.358	26.223
Receita de prestação de serviços - empresas ligadas (nota 10)	51.014	14.656
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados e deduções	(41.278)	(19.644)
	383.802	**186.871**

(i) Receitas referentes à prestação de serviços de processamento de pagamento com clientes nacionais e internacionais.

13. Custos dos serviços prestados	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Custos com processadores (a)	(258.761)	(93.126)
Custos com antecipação de recebíveis	(56.009)	(40.217)
Custos de serviços de terceiros (b)	(2.110)	(4.114)
	(316.880)	**(137.457)**

a) Custos com processadores - Refere-se aos custos incorridos no processamento de transações de pagamento com outras instituições de pagamento e instituições financeiras. **b) Custos de serviços de terceiros -** Refere-se a outros custos operacionais relacionados a hospedagem de site e de sistemas operacionais, serviços de telecomunicação etc.

14. Despesas administrativas e gerais	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Pessoal e administradores	(41.232)	(27.727)
Serviços de terceiros (a)	(5.847)	(5.543)
Provisões de contingências (b)	(80)	(404)
Tributos e contribuições	(211)	(51)
Aluguéis	(156)	(214)
Depreciação	(496)	(386)
Outras despesas	(44)	(636)
	(48.067)	**(34.961)**

a) Serviços de terceiros - Esta rubrica é composta por serviços prestados de consultoria jurídica, auditoria e processamento de dados. **b) Provisão para processos judiciais** - Esta rubrica contém o efeito da exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS e ações cíveis.

15. Resultado financeiro	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	21.001	8.544
Variação cambial ativa	210	1.043
	21.211	**9.587**
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(1.351)	(30)
Tarifas bancárias	-	(493)
Juros e descontos concedidos e multas	(48)	(45)
Impostos sobre receitas Financeiras	(977)	(397)
	(2.375)	**(965)**
Resultado financeiro	**18.836**	**8.622**

16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: 16.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	37.067	22.609
Alíquota fiscal vigente (a)	37%	34%
Impostos à alíquota vigente	**(13.715)**	**(7.687)**
(+) Adições permanentes/temporárias	**(1.758)**	**(1.494)**
Provisão de fornecedores	(83)	(383)
Provisão de contingências	(1.502)	(1.141)
Perdas Operacionais	-	-
Outros	(173)	-
Exclusões permanentes/temporárias	**6.377**	**6.377**
Provisão de fornecedores	499	471
Provisão de contingências	1.171	964
Outros	4.706	132
Imposto de renda e contribuição social corrente (no resultado)	**(9.096)**	**(7.615)**
Imposto de renda e contribuição social diferido (no resultado)	**(614)**	**59**
Total de despesa de imposto social e da contribuição social	**(9.710)**	**(7.555)**

a) É importante ressaltar que a alíquota da CSLL mudou de 9% para 12% a partir de abril/2026 devido ao fato de a empresa ser uma Instituição de Pagamento, conforme a IN 2.315 de 18 de março de 2026 que estabelece tal alíquota para instituições de pagamento. **16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa para o primeiro semestre de 2026. **16.3. Revisão da apuração de tributos:** De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS). Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração, suportada por seus assessores legais, considera que o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram devidamente recolhidos ou provisionados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2026. **16.4. Realização do crédito tributário:** A mensuração e reconhecimento dos ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos tem como premissa o histórico de lucros e receitas tributáveis, para fins de IRPJ e CSLL, em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, bem como a expectativa de geração de lucros e receitas tributáveis futuras, para fins de IRPJ e CSLL, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisões para ações cíveis serão realizados, principalmente, nos próximos 2 anos. Os créditos ações fiscais, serão realizados nos próximos 3 anos. E, os créditos tributários sobre provisões para pagamentos a fornecedores, serão realizados em até 1 ano.

Composição dos saldos de ativo fiscal diferido

	Base de cálculo	Créditos tributários em 30/06/2026
Contribuição social		
Provisão para Fornecedores	**224**	26
Provisão para Ações Cíveis	**2172**	195
Provisão para Ações Fiscais	**1886**	169
PECLD	**469**	56
Business Assurance	1473	177
Total de Contribuição Social	**6.224**	**623**
Imposto de Renda		
Provisão para Fornecedores	224	56
Provisão para Ações Cíveis	2172	543
Provisão para Ações Fiscais	1886	471
PECLD	469	117
Business Assurance	1473	368
Total de Imposto de Renda	**6.224**	**1.555**
Total de créditos tributários	**-**	**2.178**

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

	2026	2027	2028	Total
Contribuição social				
Provisão para Fornecedores	26	-	-	26
Provisão para Ações Cíveis	93	102	-	195
Provisão para Ações Fiscais	95	-	74	169
PECLD	56	-	-	56
Business Assurance	177	-	-	177
Total de Contribuição Social	**447**	**102**	**74**	**623**
Imposto de Renda				
Provisão para Fornecedores	56	-	-	56
Provisão para Ações Cíveis	190	353	-	543
Provisão para Ações Fiscais	205	-	266	471
PECLD	117	-	-	117
Business Assurance	368	-	-	368
Total de Imposto de Renda	**936**	**353**	**266**	**1.555**
Total de créditos tributários	**1.383**	**455**	**340**	**2.178**
Valor presente dos créditos tributários	**1.294**	**373**	**244**	**1.910**

Nesse modelo, os valores do crédito tributário foram trazidos a valor presente utilizando a Taxa Selic 14,25% ao ano (consultado no site do BACEN), sendo seu valor total de R$ 1.400.

17. Outras despesas/receitas operacionais

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Despesas Operacionais Diversas	-	(735)
Perdas operacionais	(623)	
Outras receitas operacionais	-	269
	(623)	**(466)**

a) Outras receitas operacionais - Valores de cobranças relacionadas a variação de volume processado e demais serviços prestados aos clientes. **b) Despesas operacionais diversas -** Inclui os valores referentes a gastos com despesas diversas, relacionadas a operação, como serviços de tradução, sistemas e call center.

18. Provisão para processos judiciais: Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui registrada provisão para processos judiciais de natureza cível, relacionadas a reclamações de usuários finais por problemas que ocorreram no processo de compra relacionados a mercadoria não entregue, entrega de produto incorreto etc., com risco de perda provável no montante de R$ 4.059 (R$ 3.166 em 31 de dezembro de 2025).

Movimentação	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 31/12/2025
Saldo inicial	**3.166**	**2.836**
Constituição	1.381	2.747
Reversão (-)	(488)	(2.417)
Saldo final	**4.059**	**3.166**

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possuía processos avaliados com risco de perda possível por seus assessores jurídicos.

19. Instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não realizou a contratação de derivativos. **19.1. Considerações sobre riscos:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise do prazo de recebimento	Gestão de prazos de recebimento no faturamento internacional
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado - câmbio: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar dos Estados Unidos, principalmente, decorrente dos valores a receber referente aos serviços prestados a empresas do Grupo no exterior. A administração estabeleceu uma política de faturamento entre empresas do Grupo com o intuito de reduzir ao máximo o prazo de pagamento das faturas emitidas, reduzindo a exposição à variação das taxas de câmbio. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito da dLocal Brasil está restrito à exposição de recursos próprios mantidos em instituições financeiras. A dLocal Brasil, na qualidade de instituição de pagamento, não concede linhas de crédito a clientes, não realiza operações de crédito e não possui licença para tal atividade, conforme a regulação vigente do Banco Central do Brasil. O risco de contraparte decorre exclusivamente dos depósitos realizados em bancos e outras instituições financeiras, sendo aceitos apenas títulos e depósitos em entidades pertencentes a grandes grupos financeiros brasileiros e/ou internacionais, com reconhecida solidez e reputação. A exposição a cada instituição financeira é monitorada regularmente. Importante destacar que os valores de clientes são mantidos em contas de salvaguarda, segregadas do patrimônio da dLocal Brasil, em conformidade com a regulamentação aplicável. Esses recursos estão protegidos de qualquer risco relacionado à solvência da dLocal Brasil ou de terceiros, não sendo afetados por eventuais dificuldades financeiras da instituição. Dessa forma, o risco de crédito da dLocal Brasil está limitado à gestão prudente dos recursos próprios depositados em instituições financeiras de alta qualidade, não havendo exposição ao risco de crédito decorrente de operações com clientes ou fornecedores. Os valores a receber são, em sua totalidade, referentes a processamento de transações com processadores de pagamento, que são descontados nos fluxos de meses subsequentes, na data-base analisada não há valores a receber vencidos e entendemos que não há risco de crédito relevante associado. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia é gerido pela tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de renda fixa, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R$ 332.124 representados por aplicações em CDBs de R$ 1.031 em aplicações automáticas em fundos de investimento em renda fixa (contas remuneradas) de R$ 331.093. **(d) Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **19.2. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a pagar:** O valor de mercado desses instrumentos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

20. Resultado não recorrente: Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da dLocal e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve resultados não recorrentes.

21. Cobertura de seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão destas demonstrações conforme o CPC 24.

Diretoria

Renata Alba - Diretora Executiva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **DLOCAL BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 1 de setembro de 2026. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP000160/O-5. **Caio Fernandes Arantes** - Contador - CRC 1SP222767/O-3.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 01/09/2026 21:49:53 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://www.diariodenoticias.com.br